

O destino do Brasil, segundo o voto

ANSELMO NAKATANI

Os cidadãos brasileiros estão diante de um grande problema: pela primeira vez, em 29 anos, terão a oportunidade de eleger pelo voto direto o futuro presidente da República. Trata-se, sem dúvida, de fato sem similar na História da retomada democrática do País. No entanto, diante do quadro que se avizinha, terão muito no que pensar para que, novamente, não sejam taxados de pouco politizados e de que não sabem, definitivamente, votar.

É preciso ter em mente que o provérbio de que "todo o povo tem o governo que merece" se perdeu na estrada do tempo. Os comícios são a prova maior de que a população quer participar dos destinos da Nação. Assim, convém alertar a todos para que observem melhor o programa de cada candidato e façam a opção, no dia 15, segundo suas convicções ideológicas.

Não se pode escolher o candidato apenas pelo nome, aparência ou promessas. Temos, todos, a responsabilidade de seguir nossas convicções. Desta forma, como entramos num clima de casuismo, em que se pretende fazer com que o povo esqueça as tendências e, principalmente, o passado de cada postulante, é preciso ter muito cuidado.

Não é necessário, neste artigo-alerta, citar nome, nem tentar convencer o eleitor ainda indeciso das qualidades deste ou daquele presidenciável. O que pode acontecer após as eleições já dá, para aqueles que conhecem as propostas, a noção exata do perigo que corremos.

O país atravessa uma situação difícil, não é novidade, mas pode ter esse quadro geral agravado, dependendo do voto de cada cidadão. Poderemos chegar a vários tipos de conseqüências, mas, grão modo, três delas me parecem mais fáceis de

ocorrer. A primeira hipótese: poderemos entrar na década de 90 com um Estado fortalecido e com interferência marcante em todos os setores da economia.

Será um País com fortes restrições ao capital estrangeiro, calcado na manutenção absurda da reserva de mercado de informática, química

e mecânica fina, petróleo e seus derivados, mineração etc.

Os bancos correrão o risco de ser nacionalizados, os preços continuarão sendo controlados e isso favorecerá a continuação e a formação de novos oligopólios e cartéis. Essa política tornará cada vez mais difícil o acesso a insumos e, por isso, se ampliará ainda mais a indústria do contrabando ou a produção local de produtos parecidos, de qualidade duvidosa e com elevado custo.

A dívida externa e interna certamente não serão honradas, o que implicará retaliações, como o veto ao fornecimento de novas tecnologias. Essa moratória, contudo, acabará sendo voluntária ou involuntária por falta de divisas. Além disso, a máquina do governo tenderá a crescer e as necessidades de recursos ampliarão ainda mais o déficit público.

Segundo: vamos imaginar, agora, a possibilidade de a eleição resultar num Executivo fraco. O interesse da Nação cederá aos interesses individuais de natureza política. A falta de competência fará prevalecer a lei de Gerson e liberdade se confundirá com liberalidade.

Importações serão feitas desordenadamente e deixará de existir uma tarifa criteriosa de proteção ao similar nacional. Economia livre, na realidade, pode-se transformar em destruição do parque industrial. Desta forma, ninguém se esforçará mais em investir em novas tecnologias, pois será mais lógico, do ponto de vista comercial, vender produtos importados, baratos e de boa qualidade. Todas as indústrias importantes serão estrangeiras e utilizarão o Brasil apenas como base, para aproveitar seus insumos e mão-de-obra baratos.

As estatais serão transferidas para apadrinhados a preço de banana. Haverá liberdade de preço, mas a concorrência dos importados reduzirá a produção a pó. As divisas, portanto, serão conseguidas apenas, e tão-somente, pela exportação de produtos primários, de pequeno valor agregado.

A terceira, difícil de equacionar, está envolta numa imensa cortina-de-fumaça. Não há previsão, programação nem sequer um esboço para ser analisado. Será, sem dúvida, uma das mais perigosas.

Conclusão: com a terceira possibilidade praticamente descartada, por ser nebulosa, resta, então, tentar encontrar um candidato com programa intermediário da primeira e da segunda. Não é tarefa fácil, sabemos, mas é necessária. Esqueçamos os belos rostos, as promessas, o voto de cada um de nós, pensemos bem, pode significar a saída da crise. O destino do País está em nossas mãos.

Anselmo Nakatani é presidente da Furukawa Industrial S.A. Produtos Elétricos.

**Não se pode
escolher
candidato
apenas pela
aparência**